

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEROLA D'OESTE  
ESTADO DO PARANA

L E I    N º   1 3 1 / 9 6

DATA: 21 de março de 1 996

SUMULA: Dispõe sobre a Contratação de Pessoal Temporário e dá outras providências:

A CAMARA MUNICIPAL DE PEROLA D'OESTE, Estado do Paraná aprovou, e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º - As contratações de pessoal temporário por tempo determinado, para atender necessidade de serviço em caso de excepcional interesse público, nos órgãos da Administração Municipal, Direta e/ou Indireta do Poder Executivo, obedecerão as seguintes normas estabelecidas nesta Lei.

Art. 2º - Considera-se como excepcional interesse público para efeito desta Lei, as contratações para as funções de:

I - Contínuo ( estagiário entre 14 e 18 anos )  
01 ( uma vaga ).

II - Professor ( aproximadamente 30 vagas durante o ano ).

III - Professor para classe especial ( 02 vagas )

Parágrafo Único - A contratação prevista no item I deste artigo, será para atender serviço temporário, suprimindo deficiência momentânea nos diversos Setores da Prefeitura, em consequência dos inúmeros Conselhos criados, exigindo participação de funcionários do Quadro Efetivo da Prefeitura. As contratações previstas no item II, serão exclusivamente nos casos de Licença para Tratamento de Saúde, superior a trinta dias, Licença Especial, Licença Maternidade, Cargo Eletivo Político e em Escolas de difícil acesso, onde ninguém se habilita para Concurso Público. As vagas do item III são específicas para suprir deficiência com as classes especiais.

Art. 3º - As contratações previstas no artigo 2º desta Lei, deverão ser precedidas de Teste Seletivo e terão vigência de até 20 de dezembro de 1996, e serão Regidos sob a Egide da Consolidação das Leis de Trabalho - CLT.

Parágrafo Único - Decorrido o prazo do contrato celebrado entre as partes, extinguir-se-á o vínculo empregatício.

Art. 4º - Os salários do pessoal temporário previstos nesta Lei, será igual ao Piso Salarial da Categoria funcional da Tabela de Vencimento dos Servidores no caso dos itens II e III, no caso do item I, será fixado no Edital que regulamenta o Teste Seletivo.

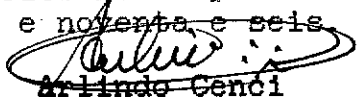
Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal aos vinte e dois dias do mês de março de mil novecentos e noventa e seis.

PUBLICADO

JORNAL: Cidade  
EDIÇÃO: 372 PAG. 4  
DATA: 30/03/96

  
Arlindo Cenci  
Prefeito Municipal